

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 999.386 - RN (2016/0270439-4)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983**  
**JOSEMAR LAURIANO PEREIRA E OUTRO(S) - RJ132101**  
**MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748**  
**AGRAVADO : JOÃO MARIA SILVÉRIO DE FARIAS**  
**AGRAVADO : JOSÉ CEZAR DA SILVA**  
**AGRAVADO : MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : DARCI SILVÉRIO DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : GERALDO CAVALCANTI BEZERRA**  
**AGRAVADO : MARIA DO SOCORRO DE LIMA VITORINO**  
**AGRAVADO : MÚCIO IVAN PAULO DE ARAÚJO**  
**AGRAVADO : MARIA ALICE DE SOUZA**  
**AGRAVADO : VALDECI ANDRADE DE SOUTO**  
**AGRAVADO : MARIA DAS DORES SILVA**  
**AGRAVADO : ISMAEL DE JESUS SANTOS**  
**AGRAVADO : MARLUCE DORTAS SILVA DE SOUZA**  
**AGRAVADO : SEBASTIÃO CARLOS AZEVEDO DE CARVALHO**  
**AGRAVADO : CARLOS GILBERTO FERNANDES**  
**AGRAVADO : OLAVO PINTO DE BRITO**  
**AGRAVADO : JOÃO ESTEVAM RAMALHO DA SILVA**  
**AGRAVADO : TEMILZA GALDINO DA SILVA**  
**AGRAVADO : ROSÂNGELA MELO DE MORAIS**  
**AGRAVADO : FLAVIO HENRIQUE AZEVEDO ROCHA**  
**AGRAVADO : MARIA ILKA BEZERRA**  
**AGRAVADO : RICARDO LUIZ BRAZ COELHO BEZERRA**  
**AGRAVADO : CÉLIA MEDEIROS BEZERRA**  
**AGRAVADO : ALDENORA BEZERRA DA CRUZ**  
**AGRAVADO : OZANI LINHARES DA SILVA**  
**AGRAVADO : ALDO SALES DA CUNHA**  
**AGRAVADO : VERA LÚCIA ALVES DE MEDEIROS**  
**AGRAVADO : IVANALDO BERNARDO GOMES**  
**AGRAVADO : EVANIRA MARFISA DE MACÊDO**  
**AGRAVADO : FRANCISCO GIVALDO DA CUNHA**  
**AGRAVADO : MARLENE MARIA CAMPOS**  
**ADVOGADO : MANOEL ANTONIO BRUNO NETO - SC004104**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO HABITACIONAL. REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA E SUSPENSÃO DO PROCESSO INDEFERIDO PELO JUÍZO A QUO. SEGURADORA EM SITUAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS ENCARGOS PROCESSUAIS. SUSPENSÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO EM VIRTUDE DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO AGRAVANTE. DESNECESSIDADE. MITIGAÇÃO ART. 18 DA LEI N. 6.024/74. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 3º, 70, III, 267, VI, 535, II, do CPC de 1973; 757 e 802 do Código Civil; 1º da Lei 12.409/2011.

Preliminarmente, requer:

a) a suspensão das ações e execuções iniciadas, enquanto durar a liquidação; b) a exclusão dos juros de mora, correção monetária e cláusulas penais, mesmo que estipulados em contrato, enquanto não integralmente pago o passivo; c) o levantamento de penhoras, arrestos e quaisquer outras medidas de apreensão ou reserva de bens; e, d) a nulidade, que pode ser arguida em qualquer fase processual, inclusive quanto às questões trabalhistas, dos despachos ou decisões contravenham a suspensão das ações e execuções.

Pleiteia, ainda, a concessão da justiça gratuita, "*vez que encontra-se em liquidação extrajudicial*" e a inclusão da União como assistente, "*com posterior remessa dos autos para a Justiça Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, em cumprimento ao artigo 4º, parágrafo único, da Lei n. 5.627/1970*".

Sustenta, ademais:

i) negativa de prestação jurisdicional no que diz respeito à ilegitimidade passiva da Federal de Seguros e a inclusão da CEF no polo passivo, deslocando, assim, os autos para à Justiça Federal. Aponta dissídio interpretativo "*sobre a aplicação do artigo 535, II, do CPC*" (fl. 373);

ii) a legitimidade e o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal como representante do FCVS para compor a lide, o que desloca a competência para a Justiça Federal;

iii) a sua ilegitimidade passiva.

Contrarrazões apresentadas.

Não tendo sido admitido o recurso na origem foi interposto o presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, quanto à preliminar de suspensão do feito, a irresignação não merece prosperar, pois o acórdão recorrido decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que, embora a seguradora encontre-se em liquidação extrajudicial, decretada após o ajuizamento da presente demanda, não se deve acolher o pleito de sobrestamento, uma vez que a ação protocolada pela parte recorrida está ainda na fase de conhecimento, sem que haja risco imediato de prejuízo ao acervo patrimonial da instituição, estando o acórdão amparado nos arts. 98 do Decreto-Lei n.º 73/1966 e 18 da Lei n.º 6.024/74.

A propósito:

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AJUIZAMENTO APÓS O DECRETO DE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 18, "A", DA LEI N. 6.024/1974.*

*1. A exegese do art. 18, "a", da Lei n. 6.024/1974 induz a que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito. Isso porque, em tais hipóteses, inexistente risco de qualquer ato de constrição judicial de bens da massa.*

*2. Recurso especial conhecido e provido (REsp 1298237/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 25/05/2015)*

No tocante à suposta violação do art. 535 do CPC/1973, verifica-se que o Tribunal de origem, embora tenha rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Órgão Julgador, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, portanto, em omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter

decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS E RESTITUIÇÃO DE VALORES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ . AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.*

*2. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.*

*(...)*

*5. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.035.430/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 9/5/2017, DJe 16/5/2017).*

No concernente à gratuidade de justiça, insta salientar que a pessoa jurídica, ainda que não possua fins lucrativos, deverá comprovar sua hipossuficiência para que seja deferido o benefício. Outrossim, "*o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie*" (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017).

Alinhando-se a esse entendimento, constata-se que a Corte de origem indeferiu a concessão, ao argumento de que não foram comprovados os seus requisitos, nos seguintes termos:

*Primeiro, em relação ao pedido de justiça gratuita, nessa análise perfunctória, não vislumbro a verossimilhança das alegações, tendo em vista que o simples fato de a empresa estar em recuperação extrajudicial não permite aferir sua incapacidade absoluta para efetuar o pagamento das custas processuais, devendo comprovar a*

*sua situação de hipossuficiência para que possa ter assegurado o benefício da justiça gratuita.*

*Além do mais, da análise da documentação acostada ao processo, não se vislumbra a hipossuficiência financeira da Agravante, devendo, dessa forma, ser indeferido o seu pedido de concessão de gratuidade judiciária.*

Inafastável, no ponto, a Súmula 83/STJ.

Ademais, para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, seria imprescindível o reexame de provas, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula 7/STJ.

Sobre o tema, confira-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVER O ENTENDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ.**

*1. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie, não sendo possível rever o entendimento adotado pelo Tribunal de origem, em virtude da Súmula 7/STJ. Precedentes.*

*2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1021128/MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017)*

Quanto aos demais dispositivos apontados como violados: arts. 3.º; 70, III e 267, VI, todos do CPC/1973 e 1.º, da Lei n.º 12.409/2011, em que pesem os argumentos delineados pela parte recorrente para sustentar a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda e, ao mesmo tempo, defender a necessidade de ingresso da Caixa Econômica Federal e da União na lide, com a consequente remessa dos autos à Justiça Federal, não restou preenchido o essencial requisito do prequestionamento, apesar da oposição dos declaratórios. Incide à espécie, a Súmula 211/STJ.

No mesmo sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO**

*PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).*

*2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.*

*3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1.098.633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe de 15/09/2017)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ART. 884 DO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. 1*

*1. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.*

*2. Se a questão levantada não foi discutida pelo tribunal de origem e não verificada, nesta Corte, a existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade não há falar em prequestionamento ficto da matéria, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015, incidindo na espécie a Súmula nº 211/STJ.*

*3. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 562.067/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe de 1º/08/2017)*

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator

